

Trabalho animal em canis da polícia e dos bombeiros: apontamentos iniciais a partir da sociologia do trabalho

Edi Alves de Oliveira Neto*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir o trabalho animal realizado por cães policiais e cachorreiros a partir de uma perspectiva sociológica amparada em conceitos e reflexões oriundos da sociologia do trabalho. Para isso, analiso o trabalho animal realizado por cães policiais a partir das doutrinas de formação do binômio humano-cão, e da representação/condição dos cães enquanto ferramentas de trabalho, no que vem a ser a máquina-ferramenta-animal. A partir desta análise, emerge um processo de precarização do trabalho animal que reflete e dialoga com a precarização estrutural do trabalho humano, ao mesmo tempo em que a condição de agentes ativos na interação interespecie dos cães ganha destaque e contribui para o avanço na compreensão sociológica da relação humano-cão no contexto de trabalho/exploração.

Palavras-chave: Sociologia das relações interespecie; trabalho animal; cães policiais.

ABSTRACT: This article aims to discuss the animal work carried out by K9 officers and patrol dogs from a work sociology perspective. I analyze the animal work carried out by patrol dogs through the human-dog binomial doctrines, and the representation/condition of patrol dogs as work tools, in what comes to be the machine-tool-animal. As results, I found the emerge of an animal work precariousness process that possibly reflects and dialogues with the structural precariousness of human work, while the dogs agency in the interspecies interaction stands out and contributes to the advancement of sociological understanding of the human-dog relationship in work/exploitation context.

Keywords: Interspecies sociology; animal work; patrol dogs.

1. Introdução

Este artigo¹ tem por objetivo analisar o trabalho animal realizado por cães policiais e cachorreiros a partir do arcabouço teórico-metodológico da sociologia do trabalho².

Desde o ano de 2021 (Oliveira Neto, 2021) tenho me dedicado ao desenvolvimento dos Estudos Animais como campo na sociologia. Algumas disciplinas das ciências humanas, principalmente a antropologia, a história e a literatura, há muito se dedicam ao estudo das relações humano-animal³, o que não é o caso da sociologia. Por este motivo, o diálogo com estas disciplinas é fundamental para o desenvolvimento de um fazer sociológico que permita avançar na compreensão das relações interespecie.

O trabalho animal é uma das principais formas de relação humano-animal. Em suas diversas formas, foi decisivo para a história das sociedades. Para além da tração e da proteção, cavalos, cães e outros animais desempenham diversas atividades nas sociedades, as quais possuem potencial analítico relevante para a sociologia.

O cão provavelmente é o animal utilizado em um maior número de atividades e trabalhos junto aos humanos (Pacheco-Cobos; Winterhalder, 2021), os quais têm recebido uma atenção cada vez maior de cientistas sociais no Brasil. É o caso do trabalho de Eric Silveira Batista Barreto (2015), no qual analisa o emprego de cães da raça Ovelheiro Gaúcho no manejo de gado bovino e ovino e as representações das pessoas sobre estes animais. Mais recentemente temos a contribuição de Luisa Amador Fanaro (2019), uma etnografia sobre cães que puxam trenós em Ushuaia. Sobre o trabalho animal com animais que não são o cão, temos a dissertação de Daniel Vaz Lima (2015), que etnografa no pampa sul-riograndense a relação entre domadores e cavalos.

O trabalho de policiamento com cães é uma especialidade que exige de seus quadros uma formação multidisciplinar, envolvendo saberes científicos de veterinária, cinotecnia, cinofilia, canicultura, comportamento animal, aliados a saberes policiais tradicionais. Por isso são desenvolvidas instruções específicas para *cachorreiros*, como salto de parquedas com cães, escalada com cães, tiro com cães, etc. Mais do que instruir sobre procedimentos e técnicas, os cursos disciplinam as emoções dos *cachorreiros*, assim como seus corpos. Como uma forma de socialização secundária, impactam também na subjetividade dos indivíduos (Dubar, 2005), na forma como pensam e sentem seu trabalho e sua relação com esses animais.

As formas de emprego do cão no trabalho da polícia e dos bombeiros são bastante diversas. Segundo Almeida (2004), as atividades policiais nas quais cães podem ser empregados como instrumento são:

“[...] o controle de distúrbios civis, o controle de rebelião e fuga de presos, a detecção de entorpecentes, as demonstrações de caráter educativo e/ou lúdico, a participação em eventos como formaturas e desfiles cívico-militares, as ações de enfrentamento à guerrilha urbana e rural, o policiamento ostensivo, o policiamento de praças desportivas, as provas oficiais de trabalho e estrutura e as operações de busca, localização e resgate de pessoas perdidas” (Ibidem: 21).

Ao abordar o policiamento com cães, o trabalho com animais (Coulter, 2016) é uma forma de atividade policial, enquanto que o trabalho animal, realizado pelo cão a partir do binômio formado com seu condutor, se desenvolve como uma forma de relação in-

terespécie. Assim, este artigo se consolida como uma intersecção entre dois campos de estudo interdisciplinares, os Estudos Animais (Irvine, 2008; Sanders, 2006a; Shapiro; DeMello, 2010) e os Estudos Policiais (Muniz; Caruso; Freitas, 2018), e a sociologia do trabalho (Antunes, 2009; 2018; Marx, 2013; Paraná, 2016)

Pretendo abordar o trabalho animal a partir, principalmente, de dois eixos analíticos, que serão trabalhados nas sessões que compõem este artigo. Estes eixos analíticos são: (1) o cão de trabalho como ferramenta e suas implicações para a relação interespécie e seus agentes; (2) as doutrinas do binômio e a exploração do trabalho animal.

2. Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por dois métodos, principalmente: (1) a observação da rotina de trabalho dos canis da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF); e (2) entrevistas em profundidade com policiais e bombeiros que trabalham nestes canis.

O estudo das relações interespécie dentro das ciências sociais, por muito tempo, não desenvolveu métodos de pesquisa exclusivos e inovadores, mas buscou amparo nos métodos tradicionais e consagrados, o que não ocorreu sem alguns tensionamentos (Irvine, 2012). Nas ciências humanas, em geral, prevalece o uso de metodologias qualitativas para a compreensão dos fenômenos que circundam a relação entre humanos e outros animais (Irvine, 2008), como as baseadas na observação (dentre as quais a etnografia talvez seja a mais recorrentes) e as formas de *survey*:

Sociologists have employed a variety of methods in their investigations of human-animal relationships and interactions. Surveys are used to measure people's perceptions of both domestic and wild animals. Photography has explored the impact of being in the company of animals on social and personal identity. Content analysis of advertisements, films, greeting cards, and other graphic depictions of animals have also been used to assess the cultural definitions of animals. However, the most common approaches employed within sociological human-animal studies have been ethnography and its variant, autoethnography (the systematic recording of the researcher's personal experience). Ethnographic techniques have provided the most rich, detailed, and theoretically sophisticated portrayals of human-animal interaction in both public and private social settings, and have set the foundation of human-animal interaction as a field in sociology. (Sanders; Greenebaum, 2015: 2)

A partir deste esforço em superar os dispositivos antropocêntricos da tradição antropológica moderna, descritos por Sussekind (2018) como “dispositivos que definem a singularidade do humano a partir de uma negação ou afastamento em relação ao animal” (p. 163)⁴. Retomando a importância da ideologia nas estruturas de dominação, Whelan e Gond (2017) apontam para o papel da divisão humanos/não-humanos na mercantilização e objetificação de animais enquanto instrumentos, mercadorias, alimentos, etc.

Os autores destacam o papel desse pressuposto básico que sustenta práticas generalizadas de instrumentalizar o corpo animal para fins humanos, não apenas via consumo de corpos animais como alimento ou seu esfolamento para produção de roupas e outros materiais, mas também seu uso como cobaias em experimentos cosméticos e científicos, ainda que todas essas práticas sejam consideradas abomináveis, se realizadas com seres humanos (Whelan & Gond, 2017).

Com o objetivo, principalmente, de superar as barreiras metodológicas que os dispositivos antropocêntricos geram para a compreensão das realidades sociais, a etnografia multiespécie tem se destacado enquanto caminho potencial. Precusores do conceito, Kirksey e Helmreich (2010) argumentam que a inclusão dos seres não humanos enquanto agentes pode contribuir com questões fundamentais das ciências sociais, impulsionando também o diálogo com as ciências naturais, com as artes e com outras ciências humanas. Em sua versão traduzida para o português, os autores apresentam assim a etnografia multiespécie:

“Um novo gênero de escrita e modo de fazer pesquisa chegou à cena antropológica: a etnografia multiespécies. Criaturas que, antes, só apareciam nas margens da antropologia – como parte das paisagens, como alimento para seres humanos, ou como símbolos –, estão sendo promovidas ao primeiro plano em etnografias recentes. Animais, plantas, fungos e micróbios, anteriormente confinados, nos relatos antropológicos, ao reino da zoe ou “vida nua” – aquilo que é matável –, começaram a figurar na companhia dos humanos, no reino da bios, como legíveis portadores de vidas biográficas e políticas (cf. Agamben 1998). Em meio a narrativas apocalípticas de destruição ambiental (Harding 2010), antropólogo(a)s principiam a encontrar modestos exemplos de esperança biocultural – escrevendo sobre amor aos insetos (Raffles 2010), sobre deliciosos cogumelos que florescem no rastro da devastação ecológica (Tsing, para o Matsutake World Research Group 2009), e sobre culturas microbianas que animam as políticas e os valores alimentares (Paxson 2008).” (Kirksey, S. E., Helmreich, S., Vander Velden, F. F., & Cardoso, T. M., 2020: 274)

Somadas àquilo que chamei de etnografia de canil, uma etnografia multiespécie dos *canis* policiais enquanto lugar que possuiu suas idiossincrasias para observação, realizei uma série de entrevistas. Através das gravações acessei o discurso dos *cachorritos* sobre si, sobre seu trabalho e sobre seus cães. Além disso, as entrevistas permitiram ouvir dos *cachorritos* suas histórias de vida dentro e fora dos canis e, assim, entender como o trabalho com cães impacta em outras esferas de suas vidas, até mesmo em suas relações íntimas. Essa escuta profunda foi fundamental para a análise sociológica, pois, a partir dela, a descrição do objeto foi refinada e os sentidos, valores e representações sociais dos interlocutores tornaram-se passíveis de compreensão.

Observar e ouvir os *cachorritos* contribuiu também para a desconstrução de representações que possuía acerca deles e de seu trabalho. Representações essas fruto das minhas socializações e dos meus determinantes sociais, enquanto indivíduo, como classe, gênero, idade e formação profissional. Escutar o que tinham a dizer os interlocutores foi uma forma de desconstruir representações prévias como caminho para desenvolver uma abordagem sociológica da relação *cachorrito*-cão.

Tratemos então, neste momento, da apresentação dos dois *canis* pesquisados, nos quais coletei os dados que fundamentam o presente artigo, e acerca do trabalho animal realizado neles.

A Polícia Militar do Distrito Federal, fundada³ em 25 de junho de 1966, utiliza cães em suas atividades desde 1968. A oficialização do uso destes animais ocorreu com a criação do Pelotão de Policiamento com Cães (PPCães) em 10 de março de 1971, como parte da Companhia de Operações especiais (COE). Posteriormente o PPCães foi des-

membrado do COE com a criação da Companhia de Policiamento com Cães (CPCães), então parte do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Em 2011 o CPCães torna-se independente do BOPE e ganha o status de batalhão (BPCães), sendo então o primeiro canil a atingir este *status* hierárquico dentro das polícias militares do Brasil (Nogueira, 2015)

Sobre o efetivo canino, no período em que os dados foram coletados, o BPCães contava com um contingente de 48 cães, sendo 26 pastores belga de malinois, 14 pastores mestiços de alemão com belga de malinois, quatro labradores, um rotweiller e um pastor alemão.

O trabalho de policiamento e operação do batalhão é dividido entre quatro equipes que trabalham em turnos de 24/72 horas, as quais são comandadas, cada uma, por um oficial. Suas rotinas iniciavam com cada *cachorro* levando seu cão para o *besoin*⁶, seguido de exercícios físicos. Na parte da manhã as equipes realizavam treinos dentro e fora do batalhão, aproveitando a menor intensidade do sol. As demandas de policiamento chegavam através de ordens de serviço, seja com antecedência, seja em caráter de urgência.

Já o trabalho de treinamento e manutenção dos cães é feito pela equipe de treinamento. Esta equipe trabalha na escala 12/24, à exceção de seu comandante, que trabalha de segunda a sexta nos turnos da manhã. A escala diferenciada desse policial se deve principalmente ao trabalho com os filhotes, que demanda contato diário. Aqui, o uso do termo manutenção para tratar da condição de eficiência dos cães é um indício de sua instrumentalização prática e representação enquanto ferramenta.

Existe também a equipe de veterinárias e auxiliares, sendo estes últimos os responsáveis pelo trabalho de cuidado básico, como alimentação, limpeza das baias e dos recipientes de alimentação, manutenção dos equipamentos de treino, e outras atividades como, por exemplo, passar a vassoura de fogo⁷. No BPCães observei uma presença constante e atenta das veterinárias na rotina de treinos e trabalho dos policiais.

As principais atividades realizadas pelo BPCães são a detecção de entorpecentes, a detecção de explosivos e a busca e captura⁸. Além destas, são realizadas também as atividades tradicionais de ronda, policiamento ostensivo, policiamento de eventos culturais, políticos e esportivos, e de apresentação lúdico-educativa. Os dados da pesquisa convergem para um maior destaque àquelas ligadas ao faro dos cães, principalmente as atividades de detecção⁹, dentre elas o faro de drogas, talvez o mais emblemático serviço dos cães policiais¹⁰. Na mesma linha, a detecção de material explosivo ganhou destaque nas últimas duas décadas no Brasil¹¹.

Já no CBMDF, o trabalho com cães é realizado pela Companhia de Busca e Salvamento com Cães, que integra o Batalhão de Busca e Salvamento. Este canil possui menor tamanho comparado ao canil da PMDF. É composto por uma estrutura única, localizada na parte lateral direita do complexo do BBS, na Vila Planalto. Sua estrutura contém dez baias, cinco de cada lado, uma virada para a outra, ao lado da sala administrativa e do vestiário. Existe também um pequeno quarto com beliches e um banheiro, além de um depósito.

O contingente que trabalhava neste canil à época da pesquisa de campo, era composto por 14 bombeiros que se dividiam em escalas de 24/72 horas, e um bombeiro que cumpre a escala de 8 horas por dia, responsável pelas demandas administrativas do canil. Todos foram aprovados¹² no 'Curso de Busca, Resgate e Salvamento com Cães' (CBRESC), oferecido pelo próprio canil. Este curso tem duração de aproximadamente três meses, um dos mais longos do CBMDF.

No CBMDF o trabalho dos cães de salvamento consiste na busca por pessoas vivas ou mortas, em situações diversas. Esse trabalho consiste em auxiliar os bombeiros na busca por pessoas perdidas e na busca por corpos de pessoas afogadas, enterradas ou soterradas. Diferente dos cães do BPCães, os cães de salvamento não são treinados para realizar rondas, participar de policiamento ostensivo ou do controle de distúrbios civis. Seu único papel é farejar e encontrar humanos. Além da tragédia em Brumadinho¹³, o canil atuou em outras situações de desastres ambientais e catástrofes, como na queda do Voo 1907 da Gol, em 2006, e nos deslizamentos de terra no Rio de Janeiro em 2015.

3. Cães policiais: companheiros de trabalho ou ferramentas?

Na abordagem da relação entre *cachorreiros* e cães pela via das representações sociais, a representação que se destacou foi a de que os cães são ferramentas¹⁴, aparecendo sob diferentes formas e com diferentes implicações para a relação humano-animal (Oliveira Neto, 2021). De fato, em alguns momentos, os cães são representados como companheiros de trabalho, ou seja, como trabalhadores. A estrutura que organiza a carreira dos cães policiais, por exemplo, possui certa simetria com a carreira dos *cachorreiros*. Ambos passam por processos seletivos, na forma de cursos de formação, que separam os aptos dos inaptos para o trabalho. Ambos precisam treinar constantemente como forma de manter a eficiência nas atividades demandadas, e ambos se aposentam após determinado tempo de serviço ou por acontecimento adverso que leve à inaptidão.

Porém, mesmo quando representado como trabalhador, a condição de objeto do cão policial prevalece na configuração de sua vida. Por exemplo, por mais que humanos e cães sejam selecionados, os humanos não são comercializados, comprados por licitação, nem reproduzidos internamente como são os animais. Nesse contexto, os cães são mercadoria, são objetos da ação humana (Oliveira, 2006).

A aposentadoria canina também é marcada pela posição de objeto do animal. Enquanto a aposentadoria dos humanos vem acompanhada de remuneração e vínculo institucional até o fim de sua vida, a aposentadoria dos cães é apenas a baixa de sua inscrição enquanto patrimônio semovente das corporações. Segue-se a isso um processo de doação do animal, e o humano que se voluntariar para recebê-lo arca com seus custos durante o restante de sua vida. Ou seja, a aposentadoria ocorre como o descarte de qualquer outro patrimônio/propriedade que tenha perdido sua função.

O cão policial oscila entre o estatuto de ferramenta e o estatuto de trabalhador, com a predominância da primeira. Sua posição enquanto ferramenta está relacionada com o contexto específico que define sua condição de animal de trabalho, que é realizar alguma função desejada pelos humanos. Já sua posição enquanto trabalhador decorre de sua condição enquanto seres vivos e sencientes. Essa ambiguidade marca os diferentes aspectos da relação entre *cachorreiros* e seus cães¹⁵. Não obstante, é a ambiguidade mais recorrentemente abordada nos estudos sobre relações humano-animal (Coulter, 2016; Irvine, 2008; Medrano; 2016, Sanders, 2000; 2006b; 2007; Vander Velden, 2009).

Se a posição de animal de trabalho é uma construção social, assim como outras construções sociais, ela possui história(s). Como existem diversas formas de trabalho animal e diferentes categorias de animal de trabalho (Coulter, 2016), existem diferentes histórias de interações interespecíficas. Essas histórias se integram naquilo que, erroneamente, nos acostumamos a chamar de história humana, mas que nunca deixou de ser uma história compartilhada entre humanos e outros animais (Baratay, 2016), algumas vezes

marcada por conflitos, outras pela cooperação (Faraco, 2008). No caso dos cães, nenhum outro animal doméstico foi colocado para realizar tantos tipos diferentes de *trabalho animal* no decorrer dessa história (Coulter, 2016).

No campo dos Estudos Animais, diversos autores fazem referência à tese cartesiana dos animais como autômatos como elemento central para a compreensão de como se desenvolveram as diversas formas de relação humano-animal na Modernidade Ocidental. Alguns destacam seu impacto na forma como a sociologia tratou a relação entre humanos e animais, enquanto outros apontam para seus impactos para os contornos objetivos das formas de interação – principalmente de exploração dos corpos animais (Singer, 2004). O que parece consensual é que a tese de Descartes contribuiu para a legitimação da sujeição dos animais pelos humanos¹⁶. Para Lestel (2001), René Descartes, longe de criá-la, apenas institucionaliza e dissemina a ideia da superioridade humana pela razão.

A representação social dos animais enquanto autômatos está presente, em diferentes medidas, nas representações sociais dos *cachorreiros* sobre seus cães, principalmente na representação desses animais como ferramentas. Por exemplo, as técnicas de treinamento são elaboradas em sistemas de *input/output*, nos quais comandos são direcionados aos cães na expectativa de reações específicas. Além disso, os cães de trabalho devem ser condicionados a serem ligados ou desligados, como uma máquina. Em outras palavras, devem internalizar comandos que os ativem para o trabalho da mesma forma que os desative para situações fora do trabalho.

O discurso da eficiência também faz parte da representação dos cães como ferramentas. Tanto nas entrevistas e nas postagens dos perfis de instagram dos canis, quanto na produção acadêmica das corporações e de cursos de segurança pública, a eficiência dos cães em relação aos humanos, seu melhor custo-benefício, é mobilizada como justificativa para sua instrumentalização.

Por gozar de um aparelho olfativo privilegiado, o cão de faro, devidamente adestrado, confere às operações policiais em que é empregado uma maior agilidade, tornando-as mais eficientes e eficazes, assim proporcionando que sejam realizadas em menor tempo e com menor efetivo policial. Devido a esse faro superdotado, o cão obtém êxito em buscas minuciosas, encontrando drogas em locais que os policiais nem se quer imaginariam que fosse possível dissimulá-las, como por exemplo, no interior de estofados e do volante. (Rosa, 2009: 17).

A posição de ferramenta tem implicações práticas na realidade dos *cachorreiros* e dos cães policiais. Por exemplo, os cães são ferramentas com alto custo de investimento e de manutenção¹⁷. Comprar cães de criadores do setor privado é burocraticamente complicado, principalmente por causa dos valores desses animais, e o custo de manutenção deles – alimentação, cuidados veterinários, estruturas e moradia e treinamento – também é elevado.

O principal fator que direciona a relação dos humanos com os animais de produção e com os animais de trabalho é a relação custo-benefício, normalmente medida em termos financeiros. No caso do trabalho com cães policiais, não apenas os custos de investimento e manutenção são levados em consideração, como também o tempo e a força de trabalho despendidos no treinamento dos humanos e dos animais. Como me disseram alguns *cachorreiros*, “o cão tem que valer a ração que ele come”. Segundo Digard:

[...] o animal de trabalho perde a possibilidade de se nutrir sozinho; ele deve, pois, não somente ser alimentado, como também ser alimentado de maneira proporcional à

energia que ele gasta trabalhando. Seu alimento deve ser recolhido, por vezes cultivado, condicionado e estocado pelo Homem. Por conseguinte, para ser rentável, “o animal de trabalho deve produzir mais trabalho que sua forragem consome do trabalho humano”. (Digard, 2012: 207)

Aqui percebemos uma diferença entre a relação com cães de trabalho e a relação com cães *pet*. Obviamente os custos que envolvem a criação de um animal de estimação são elementos que impactam na relação entre ele e seu tutor humano, pois a disponibilidade de recursos financeiros condiciona as possibilidades de ação dos humanos para com seus animais (Gaedtke, 2017; Segata, 2012). Porém, para os cães de trabalho, se a relação custo-benefício for negativa, isso normalmente representa a dispensa daquele cão do trabalho, enquanto que, para os cães *pets*, são elaboradas outras estratégias para resolver essa questão (Gaedtke, 2017).

O principal motivo para a diferença entre a forma de pensar os custos do animal de trabalho e do animal de estimação possivelmente está relacionado com a representação dos cães de trabalho como ferramentas. Isso porque essa representação modifica o processo de individualização dos cães policiais em relação aos cães de estimação. Segundo Segata: “ver o animal como um ser singular, dotados de qualidades particulares, diga-se subjetivas, experienciais, era uma dar chaves que acionava vários investimentos, e que trazia, igualmente, diversos custos.” (Segata, 2012: 113).

No caso dos cães de trabalho, é sua condição enquanto objeto que direciona as relações de consumo. A alimentação, por exemplo, é pensada a partir da abordagem nutricional (Lewgoy; Sordi, 2012). A estrutura de moradia também é pensada para condicionar os animais para o trabalho. Assim, as baias devem ser espaçosas o suficiente para que os cães consigam descansar, mas pequenas o suficiente para evitar que, enquanto enclausurados, os cães gastem energia se movimentando.

Além dos custos de manutenção o trabalho policial com cães demanda equipamentos, como viaturas adaptadas para seu transporte e equipamentos de treinamento que vão desde mordedores até caixas de odor. Novamente o consumo está voltado para a condição de ferramenta dos cães, e não de sua condição enquanto ser senciente.

A outra característica dos cães enquanto ferramenta de trabalho apontada por Sanders (2006b) é serem substituíveis. Quando um cão perde sua eficiência e torna-se inapto para a condição de cão policial, precisa ser substituído rapidamente para que sua falta não afete a capacidade operacional do canil.

Outra ambiguidade presente na representação do cão como ferramenta é a necessidade de manutenção de sua funcionalidade. Os cães precisam estar em constante treinamento e aprendizado para que mantenham suas aptidões profissionais. Isso implica uma rotina quase diária de treinamentos, que, enquanto atividade geral, são chamados pelos *cachorreiros* de atividades de manutenção. Por serem sencientes, os cães podem tanto aprender quanto desaprender, o que significa que o risco de que algum acontecimento os torne inaptos para o trabalho seja uma constante em sua carreira.

As atividades de manutenção servem então para manter a previsibilidade do comportamento dos cães¹⁸, o que nos leva a um dispositivo específico que integra o treino dos animais. Os cães policiais precisam ser ativáveis e *desativáveis*, como se possuíssem um botão de liga e desliga (Sanders, 2006b; 2007). Esse dispositivo comportamental é necessário para que o cão diferencie os momentos de trabalho dos momentos de não trabalho, pois a esses momentos distintos incidem expectativas distintas sobre os cães. Para as funções que incluem o morder, a confiança do *cachorreiro* de que o cão só vai

trabalhar quando ordenado é ainda mais importante. Segundo Sanders: “For patrol dogs, the ideal is that the training process produce a ‘push button dog’ [...] who will always, and unhesitatingly, obey the handler’s commands.” (Sanders, 2007: 29).

A ativação efetiva do cão ocorre quando, nos termos dos *cachorreiros*, o cão é “lançado”. Lançar o cão então é ativá-lo para o trabalho, para “fazer a busca”. Nas atividades de detecção e de busca e captura que pude observar, o lançamento do cão é feito pelo comando vocal “busca”, seguido da condução do animal pela guia, no caso de animais que trabalham presos – conduzidos com guia durante as buscas – ou de sua soltura da guia no caso dos que trabalham soltos – livres das guias e apenas acompanhados de perto pelos condutores. A partir desses sinais, os cães iniciam o trabalho.

As demandas de previsibilidade e infalibilidade presentes na representação dos cães como ferramentas remetem, novamente, à representação social dos animais enquanto máquinas, e entram em conflito com a inconstância e fluidez de sua condição sentiente. Seres sencientes não possuem a regularidade performática de máquinas. Por serem ferramentas vivas, analisá-las a partir de sua representação enquanto ferramenta não ampara uma compreensão sociológica de todo o conteúdo social que as envolvem¹⁹. Porém, para pensar o trabalho realizado pelos cães policiais, esta representação assume papel central.

4. Os modelos de trabalho e o binômio humano-cão

Em um texto anterior abordei os modelos de trabalho utilizados pelos canis policiais enquanto doutrinas, enquanto formas de saber policial, com todas as idiosincrasias envolvidas, mas que não deixava de ser um saber-fazer (Oliveira Neto, 2021). Estes modelos de trabalho dizem respeito ao elemento central do trabalho dos cachorreiros, que é o binômio humano-cão, definido pelos entrevistados como a conjunção de humano e animal em uma unidade de trabalho²⁰.

Ser *cachorreiro* não é apenas estar lotado em uma unidade canina. Assumir essa identidade significa ser capaz de operar com cães policiais, ou seja, dominar o saber-fazer necessário para realizar tal trabalho, e a capacidade de formar binômio é o que confirma este domínio e, conseqüentemente, a identidade de *cachorreiro*. Formar binômios é o resultado da apropriação de um conhecimento e de sua aplicação prática, é um aprendizado que se dá a partir dos processos de sociabilidades internas aos canis e ao mundo dos *cachorreiros*.

O *cachorreiro* não é o policial que gosta de cão, ou que veio aqui e fez o curso. Porque os meninos entram com essa cabeça né, gostar de cão. É o cara que vive o trabalho do canil, que sabe conduzir e manter o cão apto. Esse é o *cachorreiro*. Eu não sei por que chama *cachorreiro*, mas é assim que a gente chama aqui. Aqui e em todo canil da polícia que você for ver. (Entrevista 2 - policial)

Tem muito policial que entra aqui e fala: ah, eu quero ser *cachorreiro*, eu vou fazer o cinotécnico pra ser *cachorreiro*. E aí eu falo: amigo, então tem que trabalhar, mas é muito. Porque tem uns aí [...] Tem uns que não sabem conduzir cão. Fizeram o curso, são macaco velho já, mas, se deixar, perde é cão na mão deles, como já perderam muitos aqui.

Tem um mesmo, já te falei dele, que tenho é raiva de ver ele botar a mão num cão. Não sabe nada, nada, nada, nada. (Entrevista 21 - policial)

A categoria do binômio humano-cão possui diferentes dimensões passíveis de serem abordadas sociologicamente, não apenas a da identidade profissional. Um leitor introduzido no campo da antropologia possivelmente aproxima o binômio humano-cão das abordagens em que o cão se configura como um contínuo do corpo do cachorro, ou o remete à categoria de *ciborgue* de Donna Haraway (2009), perspectivas que possuem relevante potencial na construção de conhecimento sobre o objeto em questão.

Por outro lado, um leitor familiarizado com uma sociologia da ciência e tecnologia lembraria-se da agência de não-humanos defendida por Latour (2005), também uma abordagem comprovadamente frutífera para o campo dos Estudos Animais em geral. Porém, para os propósitos deste artigo, a perspectiva que vou utilizar para analisar a questão do binômio humano-cão segue a discussão das sessões anteriores acerca da representação do cão como ferramenta de trabalho. Essa perspectiva, a primeira vista, pode passar a impressão de hierarquizar humano e cão enquanto, respectivamente, agente ativo e objeto passivo. Essa hierarquização ocorre, mas não de maneira estática.

Ao abordar o trabalho animal pela perspectiva da exploração do trabalho, tanto do polo humano quanto do polo canino, entendo que ambos os polos assumem a posição de agente ativo e de objeto passivo do outro polo no decorrer de sua história de trabalho em conjunto. Quando um cachorro treina suas competências diariamente para conseguir manter a eficiência de seu cão, ou seja, para responder às suas demandas particulares, ou quando estabelece sua rotina de trabalho a partir das características do seu parceiro canino, não deixa de ser objeto passivo da agência canina. Aqui cabe retomar o conceito de domesticação defendido por Digard, para quem: “a domesticação supõe necessariamente uma ação contínua, entretida dia após dia. Tanto que os animais podem se desdomesticar, se asselvajar, até retornarem à vida selvagem [...]” (Digard, 2012: 208).

Dito isso acerca do binômio humano-cão, retomemos a discussão sobre as doutrinas de trabalho utilizadas nos canis pesquisados. Os dados coletados apontam para uma divergência sobre como deve ser estabelecido o binômio. De um lado, alguns entendem que os *cachorros* devem trabalhar apenas com um cão, com o qual formará um binômio fixo. Nesta doutrina, cada *cachorro* possui seu cão específico e trabalha apenas com ele. Os defensores dessa posição entendem que, dessa forma, humano e animal passariam mais tempo juntos, ou seja, haveria um incremento quantitativo e qualitativo nas formas de sociabilidade interespecie vivenciadas, e que isso resultaria na otimização da comunicação entre eles. Denominei esta corrente de *doutrina do binômio fixo* (Oliveira Neto, 2021).

De outro lado estão aqueles que entendem que os *cachorros* devem conduzir diversos cães do plantel do canil, ter uma rotina de treinamentos e operações com a condução de diferentes animais, e não apenas um. Nessa corrente, que denominei *doutrina do binômio variável* (ibid.), o menor tempo de contato entre um *cachorro* específico e um cão específico é compensado pela padronização das técnicas empregadas. Essa doutrina se baseia na ideia de que, se todos os humanos trabalham, interagem e se relacionam com os cães seguindo um padrão estabelecido, todos os *cachorros* conseguem formar binômios minimamente eficientes com todos os cães.

O que é consensual entre todos os *cachorros* com os quais conversei é que o tempo de convivência com os cães é essencial para a formação de binômios. Tanto na formação dos animais, quanto nas rotinas de manutenção, o tempo de interação humano-cão é

apresentado como essencial para o aperfeiçoamento do trabalho do condutor e para a formação do binômio.

Consensual também é a existência de afinidades específicas entre cães e humanos. Mesmo os seguidores da *doutrina do binômio fixo* não se furtavam em demonstrar sua preferência por este ou por aquele animal. Além disso, na maior parte das vezes, os cães eram identificados como o cão do/da *cachorroiro/a* X ou Y. Normalmente o cão é vinculado ao *cachorroiro* que o formou, que o conduz ou com o qual passou a maior parte de seu tempo de atividade.

No canil do BBS os bombeiros foram unânimes em defender a doutrina do binômio variável. Aqueles com mais tempo de canil apontaram que no passado a doutrina vigente era do binômio fixo. A mudança de doutrina ocorreu a partir da representação de que o binômio fixo apresentava algumas incompatibilidades com a logística de trabalho de uma unidade de bombeiros militares.

No BPCães a questão do binômio não é consensual. Como já apontei já em uma contribuição anterior (Oliveira Neto, 2013), nesse canil trabalham juntos *cachorroiros* que defendem a doutrina do binômio fixo e que defendem a doutrina do binômio variável. Cabe destacar que, por ser um canil com menor número de integrantes, humanos e caninos, a padronização da forma como os *cachorroiros* trabalham é mais fácil de ser estabelecida no canil do BBS do que no do BPCães, que possui um número muito maior de integrantes. Não apenas os números absolutos de recursos humanos e caninos, mas a relação entre eles também constitui fator relevante para o estabelecimento de uma única doutrina.

O menor número de integrantes humanos favorece o estabelecimento de consenso sobre quem tem direito ao discurso, ou seja, quem define a forma como se trabalha, quem possui autoridade (Monjardet, 2012) de definir as normas e procedimentos de trabalho. Já o menor número de cães facilita a aplicação da doutrina do binômio variável. Mesmo com a variação dos parceiros caninos, por serem poucos, o contato dos *cachorroiros* com seus cães preferidos é maior do que seria caso o canil tivesse mais cães:

Aqui a gente tem a cultura de não ter isso né, de não ter o, eles chamam de binômio né, que é o cão com o guia, e você tem, aquele é o seu cachorro. Acho que você deve saber dessas questões, então assim, a gente procura não ter isso, mas com certeza tem. Tem um cachorro que você gosta mais porque ele tem uma certa característica né, ele é mais rápido, ou mais ágil, ou porque ele é mais lento, e mais, combina mais com você, mas tem sim, existe sim. (Entrevista 7 - bombeiro)

O tamanho do canil do BBS, em termos de quantitativo canino e humano, se destaca como fator decisivo para a vigência consensual da doutrina do binômio variável. Nesse caminho, o canil dos bombeiros se assemelha a outras unidades policiais caninas do Distrito Federal, como o GOC/PRF e o canil da Aeronáutica, que possuem quantitativos humanos e caninos próximos. Nesse contexto, a possibilidade de dissenso em relação à doutrina de trabalho a ser adotada é menor, como também parecem ser menores as disputas por autoridade. Além disso, os *cachorroiros* não se sentem impedidos a construir uma relação de afinidade mais profunda, íntima e afetiva com um cão específico:

E assim, termina que você..., aqui o pessoal, todo mundo, eu não porque eu entrei agora aqui, tem pouco tempo, mas todo mundo aqui já teve um, dois, três cachorros que treinou desde a, tipo da maternidade lá. Que pegou

o cachorro no início, participou de todo o treinamento, o cachorro cresceu e ele continuou com esse cachorro. Então acaba sendo o cachorro do fulano, o cachorro do (*cachorreiro*), cachorro num sei quem, que é tipo assim, é o cachorro que a pessoa viu ele nascer e conviveu, entendeu? Então assim, todos os cães aqui a gente faz essa cultura de não ter esse vínculo, porque os cães eles têm que trabalhar com todas as pessoas. Por conta da escala de serviço, por conta de que a gente não tem quantidade suficiente de militares né, e pra ter cada um ter seu próprio cachorro. E ele tem que ser um cachorro que trabalha com todo mundo, porque ele é do bombeiro [corporação] né, não é da pessoa. Mas existe sim, assim, se você for olhar pelo lado bem pessoal sempre tem algum cachorro que você gosta mais. Isso é natural eu acho. (*Cachorreiro 7 - bombeiro*)

No BPCães as equipes de trabalho são pelotões, o que lhes confere maior autonomia do que a concedida aos integrantes do canil do BBS. Cada pelotão possui um líder, normalmente um oficial de baixa ou média patente, e também um referencial técnico, uma autoridade sobre as questões técnicas e teóricas do trabalho com cães. Durante a observação do trabalho no BPCães, percebi que algumas equipes trabalhavam com o binômio fixo, enquanto algumas trabalhavam com o binômio variável.

O conflito de doutrinas também aponta para a condição transitória do cão como ferramenta – objeto -, e como elemento formador do binômio – sujeito. A doutrina do binômio fixo destaca tanto a necessidade de estabelecer relações intersubjetivas para uma maior eficiência do trabalho, quanto que cada cão é dotado de qualidades e preferências particulares. A doutrina do binômio variável valoriza a eficiência prática através da padronização/homogeneização das relações e das interações entre humanos e cães, reforçando a condição do cão como ferramenta.

5. Notas sobre a abordagem sociológica do trabalho animal

A análise das representações dos *cachorreiros* trouxe a tona processos de antropomorfização na esfera do trabalho animal, como, por exemplo, a simetria das etapas da carreira profissional de cães e humanos (seleção, formação, atividade, aposentadoria), a qual traz ambiguidades, convergências e divergências, que compõem a subjetividade compartilhada pelos humanos.

O ponto de partida para a compreensão crítica da exploração do trabalho animal pretendida neste artigo é a contextualização econômica da sociedade brasileira atual, marcada pelo avanço e radicalização do projeto neoliberal, pela mundialização e financeirização da econômica (Paraná, 2016) e pelo regime de acumulação flexível (Harvey, 2002). Quando olhamos para os sujeitos, para os indivíduos inseridos em nossa sociedade, encontramos a redução das esferas sociais de sua formação à esfera econômica, ou seja, sua desumanização a partir do trabalho:

Nesse movimento de redução da qualidade para a quantidade, do valor de uso para o valor de troca, do trabalho útil para o trabalho abstrato, o homem fica reduzido em seu estatuto ontológico como ser econômico, como mera força de trabalho, o que é evidenciado pela constatação de Marx de que, no capitalismo, o homem transforma-se em “órgão” da máquina. (Melo, 2009)

Este processo de redução do humano em apêndice da máquina-ferramenta no processo produtivo, na esfera do trabalho, é o que Ricardo Antunes chama de subsunção do trabalhador pela máquina (Antunes, 2009; 2018). Essa subsunção é resultado de um processo de desqualificação dos trabalhadores que, paulatinamente, através das fases de desenvolvimento do capitalismo, alienou-os dos meios e dos processos de produção.

No livro I de sua principal obra, Marx (2013) descreve e analisa o processo de desenvolvimento das forças produtivas na consolidação do modelo capitalista moderno. A primeira etapa deste processo é caracterizada pelo trabalho cooperativo, ainda indistinto do artesanato em técnica e tecnologia, mas marcado pela desapropriação dos artesãos dos meios de produção.

O saber desenvolvido e aplicado no trabalho dos cachorreiros, além de multidisciplinar, é um saber-fazer marcado pela centralidade da empiria, no qual o tempo de interação entre trabalhador humano e animal ferramenta é determinante para a apreensão e construção dos saberes. Neste sentido, o trabalho dos cachorreiros possui relevante dimensão artesanal, pois só pode ser aprendido na prática, ao mesmo tempo em que depende de qualidades individuais dos cachorreiros e humanos para atingir os maiores patamares de eficiência.

No caso da doutrina do binômio fixo, quando os cachorreiros formam os cães que irão conduzir na atividade fim, esta dimensão artesanal do trabalho fica ainda mais evidente, pois:

[...] o próprio trabalho é, em parte, a expressão da criação artística e, em parte, sua própria recompensa (...) a especial habilidade artesanal garante a propriedade do instrumento (...) o trabalho ainda pertence ao homem; um certo desenvolvimento auto-suficiente de capacidades especializadas (Marx, 1975: 92).

Na fase de produção cooperativa descrita por Marx ocorre a coletivização do trabalho artesanal nas oficinas, e as qualidades individuais dos artesãos são absorvidas pela eficiência média na produção das mercadorias (ibid.). Assim, o incremento de produção de mercadorias é maior que a mera soma da produção individual de cada trabalhador²¹. Já na fase seguinte, a da manufatura, Marx aponta a manutenção da cooperação simples, porém, agora acompanhada de um processo de especialização das atividades no qual cada trabalhador é direcionado a atuar em uma das etapas do processo produtivo. A especialização das tarefas acarreta na perda paulatina, por parte dos trabalhadores, do domínio do processo produtivo em sua totalidade, intensificando a alienação do trabalho e consolidando o que o autor denomina de *trabalhadores parciais* (Marx, 2013: 287).

O discurso dos entrevistados apontou que a doutrina do binômio fixo antecedeu a do binômio variável, a qual teria se desenvolvido a partir das limitações que surgiram enquanto o binômio fixo prevalecia. Na doutrina do binômio fixo, os *cachorreiros* passam a trabalhar com seus cães desde o ingresso dos caninos no canil. No caso de filhotes, realizam todo o processo de treinamento e avaliação da aptidão dos animais, acompanham seu desempenho nos cursos de cinotecnia básica, e então os treinam na especialidade final, seja para busca e salvamento, seja para as competências típicas dos cães policiais.

Nesta doutrina o trabalho final do canil corresponde à cooperação entre os diferentes binômios artesanalmente construídos, de maneira semelhante aos trabalhadores da fase cooperativa descrita por Marx. Os cachorreiros possuem domínio de todo o processo de

formação e condução dos cães, tornando-os mais homogêneos em relação ao saber-fazer de sua profissão. Cabe destacar que neste período havia uma menor diversidade nas especialidades de trabalho com cães nas polícias e bombeiros. O uso dos cães por estas instituições ainda era direcionado para participação de eventos e desfiles militares, para apresentações destinadas ao público civil, e, no caso da polícia, atividades menos complexas de policiamento, como ronda e contenção de distúrbios.

A partir da virada do século XX pra o XXI, as técnicas de faro começam a ser absorvidas e reproduzidas nos canis policiais, principalmente na detecção de pessoas, narcóticos e explosivos (Rosa, 2009). Segundo os interlocutores, é nesse período que aumenta a diversidade de formas de uso do cão, ao mesmo tempo em que aumentam as demandas exigidas dos canis pelas corporações, e que a doutrina do binômio variável ganha espaço.

Em primeiro lugar, a adoção dessa doutrina exige uma maior homogeneidade no plantel de cães. Par isso são criadas as equipes de treinamento, responsáveis pela seleção e formação dos filhotes, buscando um perfil que atenda as idiosincrasias do canil. Isso implica na segmentação destas duas etapas do trabalho dos *cachorreiros*, e na consequente especialização dos que integram as equipes de treinamento no trabalho com filhotes e cães em formação. Ao mesmo tempo, os cachorreiros que atuam nas atividades fim se especializam na condução dos animais, perdendo o domínio das etapas de seleção e formação.

A doutrina do binômio fixo, em termos de uma linha de produção que tem como resultado final o emprego do cão em situações reais – trabalho imaterial que visa a produção da percepção social de segurança -, possui convergências com o modelo fordista-taylorista (Antunes, 2009), no qual o trabalho final esta fragmentado na ação individual de cada cachorreiro com seu cão, ao mesmo tempo em que ocorre o já citado processo de fragmentação e especialização das atividades do trabalho - formação dos cães (equipe de treinamento) e condução (equipes de policiamento).

Ocorre também uma equiparação dos tempos de serviço. O que é tratado como um problema pela maioria dos cachorreiros (o fato de, nesta doutrina, os cães só trabalharem efetivamente nos dias em que seus condutores fixos estão de serviço), acaba por fazer com que cão e humano trabalhem praticamente o mesmo número de horas, se não, pelo menos, de dias por semana. Desse fato derivam duas questões relevantes para a compreensão das mudanças no trabalho de cães e cachorreiros: (1) os cães passam mais dias dentro das baias do que treinando ou trabalhando, já que acompanham a escala de trabalho de 24/72 horas dos cachorreiros; (2) enquanto máquinas-ferramentas, os cães ficam, supostamente, subutilizados, ou seja, trabalham menos do que poderiam – ou, na representação dos *cachorreiros*, deveriam.

A resolução destas questões parece ocorrer na passagem da doutrina do binômio fixo para a do binômio variável. Esta mudança permite que os cães sejam conduzidos por diferentes cachorreiros, ou seja, podem ser utilizados todos os dias da semana, independente da escala de qualquer cachorreiro específico, aumentando a média da jornada de trabalho destes animais. A ideia de que um mesmo humano possa conduzir diferentes animais permite que um único cachorreiro possa formar diferentes binômios em um mesmo dia de trabalho, ou seja, permite a formação de equipes com número maior de cães que de humanos.

Por este prisma, a doutrina do binômio variável se assemelha ao modelo toyotista – ou flexível – de produção (Antunes, 2009; Harvey, 2002). O trabalho deixa de ser parcelado e fragmentado em binômios fixos e passa a ser realizado por equipes. Nesta dou-

trina, ocorre uma intensificação dos processos de exploração do trabalho tanto dos cães quanto dos *cachorreiros*.

O processo de produção de tipo toyotista, por meio dos *team work*, supõe portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz. (Antunes, 2009: 58)

No mesmo caminho, a paulatina substituição das raças tradicionais de cães policiais (Pastor Alemão, Dobermann e Rotweiler) pela Belga de Malinois sob a justificativa de ser uma raça que permite a formação de cães de dupla aptidão, ou seja, cães que realizam mais de uma função (Oliveira Neto, 2021), surge como outro vetor do mesmo processo de intensificação da exploração do trabalho animal. Esta mudança das raças utilizadas pelos *canis* policiais não pode ser analisada desconexa de seu contexto, o de diversificação das demandas que os *cachorreiros* passam a receber a partir da primeira década do século XXI, acompanhado da importação de novas técnicas e especialidades, principalmente as ligadas ao faro.

Aqui, cabe retomar o debate de Marx sobre as mudanças nas ferramentas no desenvolvimento da manufatura:

A produtividade do trabalho depende não apenas da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas. Ferramentas do mesmo tipo, como instrumentos para cortar, perfurar, pilar, bater etc., são utilizadas em diversos processos de trabalho, e no mesmo processo de trabalho o mesmo instrumento serve para diferentes operações. Mas assim que as diferentes operações de um processo de trabalho são dissociadas umas das outras e cada operação parcial adquire nas mãos do trabalhador parcial a forma mais adequada possível e, portanto, exclusiva, torna-se necessário modificar as ferramentas que anteriormente serviam para outros fins diversos. A direção que assume sua mudança de forma é resultado da experiência das dificuldades específicas provocadas pela forma inalterada. (Marx, 2013: 287)

As representações de que a doutrina do binômio variável resolve limitações objetivas da doutrina do binômio fixo, como o não uso de cães na falta de seus condutores específicos, e a representação do Pastor Belga de Malinois como uma raça mais versátil, que permite o cão ser uma ferramenta multifuncional e mais adaptada ao modelo de trabalho do binômio variável, parecem convergir com o processo de modificação das ferramentas descrito por Marx. O objetivo das modificações no animal-ferramenta é o aumento da produtividade, no caso, de segurança pública, a partir de indicadores objetivos – o que não quer dizer efetivos – como, por exemplo, volume de drogas apreendidas.

Sob a representação de uma doutrina mais eficiente, esconde-se um processo de intensificação do trabalho e da exploração do trabalho animal, uma precarização do trabalho dos *canis* de polícias e de bombeiros. Este processo possivelmente é parte e reflexo da chamada *era da precarização do trabalho* (Antunes, 2018).

Por fim, para dar forma a uma análise destas mudanças nos termos acima referidos, faltaria uma ideologia que escondesse a realidade da exploração do trabalho animal. Ao meu ver, a resposta para essa questão está na representação de que, para os cães, as atividades de trabalho são percebidos como brincadeira, como lazer, diversão, prazer (Oliveira Neto, 2021). Ao mesmo tempo em que me contavam histórias sobre os efeitos nocivos do excesso de trabalho, sobre a falta de qualidade de vida dos cães devida à falta de estrutura e recursos, e sobre casos em que os cães chegaram a falecer por hipertermia, os cachorreiros insistiam na ideia de que toda aquela rotina de atividades era sentida pelos animais como um momento de puro lazer.

Importante destacar que uma ideologia da dominação humano-animal, por óbvio, não precisa ser voltada para o convencimento do animal, mas sim os humanos que podem julgar moralmente a atividade dos cachorreiros. Enquanto representação social que, não exclusivamente, justificava a exploração do trabalho dos cães desde o início da atividade dos canis pesquisados, a representação de que os cães vivenciam as situações de trabalho como diversão desenvolve afinidade com outra representação social, típica da doutrina do binômio variável, que é a representação de que os cães desejam trabalhar/brincar todos os dias (ibid.).

5. Considerações finais

Como foi antecipado na introdução deste artigo, a discussão que apresento nele não constitui uma proposição teórica rígida acerca do trabalho animal, como também não se propõe a configurar um sistema teórico de sociologia do trabalho animal. A proposta aqui é apresentar reflexões ensaísticas sobre o trabalho animal a partir de conceitos da sociologia do trabalho, com objetivo de fomentar o debate sobre o trabalho animal a partir de um arcabouço sociológico. Dito isso, alguns apontamentos merecem ser feitos.

A abordagem sociológica dos animais de trabalho, especificamente cães policiais, a partir de sua representação enquanto ferramenta de trabalho, analiticamente, e de sua condição enquanto máquina-ferramenta, teoricamente, pode parecer objetificar o animal, retirando dele sua agência, recaindo na tradicional ideia da superioridade humana e reforçando certo tipo de especismo teórico. Há de se ressaltar que o contexto de masculinização da cultura policial, permeado por categorias como força, virilidade, frieza, ensejam um tratamento menos afetivo com seus cães. Porém, a relação entre *cachorreiros* e seus cães, principalmente nos bastidores dos canis, é repleta de interações próximas daquelas típicas com cães *pet*.

A precarização do trabalho animal mostra o quanto estes não-humanos integram as estruturas sociais, com capacidade de resistir a elas, na medida em sem perder de vista que reflete e dialoga com a precarização estrutural do trabalho humano, ao invés de gerar a subsunção do humano pela máquina-ferramenta-animal, o que se vê é a qualificação do trabalho dos cachorreiros e a valorização do saber-fazer orgânico.

O desenvolvimento do *binômio variável* surge como uma possível frente de precarização do trabalho dos *cachorreiros*, mas também, e principalmente, dos próprios cães. Nesta doutrina, o volume de trabalho se intensifica e se diversifica para atender às categorias modernas de eficiência e produtividade.

A abordagem sociológica da exploração animal revelou potencial para avançar na consolidação de uma sociologia das relações interespecie em diálogo com o campo interdisciplinar dos Estudos Animais. Longe de querer se estabelecer como funda-

mento deste debate, este artigo traz reflexões que podem contribuir para aqueles que se interessem tanto pela temática do trabalho animal, como do empreendimento sociológico que integre os não-humanos, em especial os sencientes, como agentes ativos de nossa história.

Recibido el 20 de junio de 2021. Aceptado el 13 de diciembre de 2021.

* Professor Voluntário do Departamento de Sociologia e do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da UnB. Possui bacharelado em Sociologia pela UnB, mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Atualmente é professor voluntário no Departamento de Sociologia e no Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da UnB. Possui pesquisas nos campos de Segurança Pública e Sociedade e dos Estudos Animais.

Notas

¹ Apesar da diferença na abordagem teórico-metodológica, este artigo é derivado de partes da minha tese de doutorado (Oliveira Neto, 2021) na qual tratei, dentre outras questões, das representações dos animais como máquinas presentes no discurso humano sobre cães policiais, e das relações entre estas representações e as condições objetivas do trabalho realizado nos canis pesquisados. Tratei também das duas doutrinas de trabalho (Ibid.), respectivamente a do binômio fixo e a do binômio variável, as quais serão aqui retomadas.

² O que motivou a escolha desta abordagem foram, especificamente, apontamentos recebidos na avaliação duplo-cega de artigo submetido no início do ano de 2021, no qual tratei da relação entre as representações sociais sobre o trabalho de cães e cachorreiros e as representações de violência policial, de raças perigosas e de cães *pet*.

³ Apesar do relevante debate epistemológico acerca do termo “animal” (Medrano; Vander Velden, 2020) e das consequências de seu uso, em alguns momentos do texto opto por sua utilização para me referir aos não-humanos do reino Animalia/Metazoa, excluindo então plantas, seres unicelulares, elementos não orgânicos, os quais

possuem idiosincrasias não amparadas pelo presente estudo.

⁴ “A operação é conhecida: em um jogo de espelhos semelhante àquele que gerou a ideia da sociedade primitiva em antropologia, o animal tem nesse caso a função intelectual e moral de gerar uma imagem particular do humano. Partindo-se de uma concepção implícita da singularidade humana (razão, linguagem etc.), encontra-se nos animais o inverso dessa concepção e confirma-se assim a originalidade e superioridade do humano” (Sussekind, 2018: 163)

⁵ Um breve histórico da formação da PMDF está no tópico 3.1

⁶ Termo utilizado para as necessidades fisiológicas dos cães.

⁷ Processo de higienização das baias para controle de pulgas e carrapatos no qual se utiliza um maçarico para lançar fogo nas paredes, teto e chão dos recintos.

⁸ (...) os cães de busca e captura são animais especializados na busca de pessoas homiziadas. Através de seu olfato, realiza a busca tanto pelos pontos de odores liberados pela pessoa quanto por odores trazidos pelo ar. [...] é comum que este cão, ao encontrar a pessoa procurada, a ataque, pois é característica do cão de busca e captura a agressividade espontâ-

nea agindo com autonomia plena. (Nogueira, 2015: 26)

⁹ O cão de detecção de substâncias é o animal especializado, através de treinamentos apropriados, para perceber a partir do seu olfato determinadas substâncias, indicando tanto a sua percepção como apontando com certa precisão o local onde se encontra o objeto de procura. (Nogueira, 2015: 26)

¹⁰ O emprego de cães na localização de entorpecentes coloca-se hoje como uma das principais atividades dos canis policiais de todo o mundo. A localização de entorpecentes pelo cão oferece vantagens para a proteção da guarnição que atua nesse tipo de ocorrência policial. No combate às drogas é imprescindível aplicar formas alternativas e eficientes que aperfeiçoem e que completem o trabalho policial, o que envolve a utilização de cães treinados para localizar substâncias entorpecentes ilícitas. (Nogueira, 2015: 23)

¹¹ Outro problema que as forças policiais vêm enfrentando é a ameaça criada pela utilização de dispositivos explosivos improvisados que, na maioria das vezes, são utilizados para o arrombamento de caixas eletrônicos. O acionamento policial para essa modalidade de crime vem se tornando cada vez mais comum. (Nogueira, 2015: 24)

¹² Cabe destacar que a aprovação no curso (CEBRES) não é requisito para ingressar no canil, mas para conduzir os cães nas atividades.

¹³ Em 25 de janeiro de 2019 ocorreu o rompimento da barragem 01 da Mina Córrego do Feijó, gerando o despejo de enorme quantidade de resíduos. O vazamento resultou no soterramento de mais de 110 mortes, Kirksey, S. E., Helmreich, S., Vander Velden, F. F., & Cardoso, T. M. (2020).

¹⁴ Cabe destacar que não apenas os animais de trabalho são instrumentalizados para realizar tarefas, também o são os ani-

mais de produção, cujo trabalho é a produção de alimentos, e os animais de estimação, que realizam, por exemplo, trabalho emocional para seus tutores (Coulter, 2016). O que diferencia, principalmente, o trabalho realizado pelos animais de trabalho daqueles realizados pelos outros animais é que o seu trabalho é reconhecido socialmente enquanto tal, configurando o que Kendra Coulter (Ibidem: 61) chama de “*trabalho animal mandatário por humanos*”.

¹⁵ “Dogs [...] and other service animals are regarded both as “objects” that serve, protect, and assist and as individual companions with whom one interacts and develops a shared emotional bond” (Sanders, 2006b: 13).

¹⁶ “Com a ascensão da ciência moderna, a racionalidade adquiriu a legitimidade em assegurar aos humanos seu status enquanto tal. Durante o século dezesete, René Descartes afirmava que apenas os humanos eram dotados de razão, a qual eles expressavam por meio da linguagem. Até recentemente, a ciência (incluindo a sociologia) defendeu ponto de vista Cartesiano, sustentando que, porque não conseguem falar, os animais também não conseguem pensar.” [tradução própria]. “With the rise of the modern science, rationality gained the legitimacy that assured humans of their status. During the 17th century, René Descartes asserted that only humans possessed reason, which they expressed through language. Until Recently, science (including sociology) has upheld the Cartesian view, maintaining that because animals cannot speak, they also cannot think” (Irvine, 2008: 1957)

¹⁷ “Patrol dogs are regarded overtly as occupational tools – useful in a variety of situations but, ultimately, expendable and replaceable” (Sanders, 2007: 31).

¹⁸ “As objects, dogs are subjected to behavioristically modeled training processes intended to mold their behavior so that

they will “behave” in acceptable and predictable ways. As sentient individuals, on the other hand, dogs are primarily taught in the context of a developing relationship in which the animals learn expectations and roles so that they act in ‘appropriate’ ways” (Sanders, 2006b: 12).

¹⁹ Já na zona pastoril de pecuária extensiva o cão é um ator fundamental no manejo dos animais de produção. Seu trabalho arrebanhando bois e ovelhas possibilita, em um primeiro momento, vê-lo como uma ferramenta a serviço dos homens. Um olhar mais atento percebe que o conceito de ferramenta é limitado, já que sua ação no pastoreio é demasiado autônoma, ainda que sob a vigilância humana. Não caberia reduzi-lo a uma mera função, contudo o âmbito prático envol-

vido é sobremaneira importante, estando a companhia em segundo plano. (Barreto, 2015: 38)

²⁰ Existe uma farta literatura sobre o binômio humano-cavalo, sob a categoria do centauro, como por exemplo Adelman (2011; 2020), Boscatti e Adelman (2020), Kosby (2017) e Velasquez (2014), e que abre um campo de pesquisa em potencial acerca das convergências e divergências entre os dois tipos de binômio.

²¹ “Comparada com uma quantidade igual de jornadas de trabalho isoladas e individuais, a jornada de trabalho combinada produz uma massa maior de valor de uso, reduzindo, assim, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil” (Marx, 2013: 279).

Referencias bibliográficas

Adelman, M. (2011). As mulheres nos esportes equestres: forjando corporalidades e subjetividades ‘diferentes’. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 19, p. 931-953.

Adelman, M.. (2020) Mulheres, cavalos, vidas cruzadas: domadxs, domesticadxs, selvagens. In: Ileana Wenez; Pedro Athayde; Larissa Lara. (Org.). *Gênero e sexualidade no esporte e na educação física* (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE - v. 6). red.Natal: EDUF RN, v. 6, p. 123-139.

Almeida, J. L. (2004) *Companhia de Operações com Cães da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: A empregabilidade de cães na atividade policial militar*. Monografia apresentada no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Academia de Polícia Militar Costa Verde.

Antunes, R. (2009) *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2018) *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

Baratay, E. (2016). Os sócio-antropólogos e os animais. Reflexões de um historiador para uma reaproximação das ciências. Em *Iluminuras*, 17(42): 516-526.

Barreto, E. (2015). *Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Boscatti, A. P.; Adelman, M. (2020). *De cavalos e homens: história, poder, estratégias e representações*. *Estudos de Sociologia*, v. 25, p. 221-242.

Coulter, K. (2016). *Animals, Work, and the promise of interspecies solidarity*. Palgrave Mcmillan.

Digard, J. (2012) *A biodiversidade doméstica. Uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal*. *Anuário Antropológico*, n. II, p. 205-223.

Dubar, C. (2009) *A crise das identidades – A interpretação de uma mutação*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

Fanaro, L. A. (2019) *Cães, trenós e huma-*

nos: uma etnografia multiespecífica em Ushuaia (Província da Terra do Fogo/Argentina). Dissertação de mestrado – UFSCAR.

Faraco, C. B. (2008) *Interação Humano-cão: O social constituído pela relação interespecie*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS. Porto Alegre.

Gaetke, K. (2017). *'Quem não tem filho caça com cão': animais de estimação e as configurações sociais de cuidado e afeto*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Haraway, D. (2009) *Manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: TADEU, Tomaz (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

Harvey, D. (2002) *A condição pós-moderna*. 11 ed. São Paulo: Loyola.

Irvine, L. (2008). *Animals and Sociology*. Em *Sociology Compass*, 2(6): 1954-1971.

Irvine, L. (2012) *Sociology and Anthropology: Symbolic Interactionist Contributions*. Em *Anthrozoos* 25: S123-S137.

Kirksey, S. E., & Helmreich, S. (2010). *The emergence of multispecies ethnography*. *Cultural Anthropology*, 25(4), 545-576.

Kirksey, S. E., Helmreich, S., Vander Velden, F. F., & Cardoso, T. M. (2020). *A emergência da etnografia multiespécies*. *Revista De Antropologia Da UFSCar*, 12(2), 273-307. <https://doi.org/10.52426/rau.v12i2.359>

Kosby, M. F.; Lima, D. V.; Rieth, F. M. (2017) *Centauros de motocicleta: o cavalo como testemunha do "processo domesticatório" do gaúcho*. *Horizontes Antropológicos*, 48, pp. 197-223.

Latour, B. (2005) *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo, Editora 34.

Lestel, D. (2001) *As origens animais da cultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lewgoy, B.; Sordi, C. (2012) *Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal*. *Anuário Antropológico*, v. 2, p. 159-175.

Lima, D. V. (2015) *Cada doma é um livro: a relação entre humanos e cavalos no pampa sul-rio-grandense*. 2015. 153 f. Dissertação

(Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

MONJARDET, D. (2012). *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: EdUSP.

Marx, K. (2013) *O capital: crítica da economia política: Livro I : o processo de produção do capital* [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo : Boitempo.

Marx, K. (1975) *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Medrano, C. (2016). *Hacer a un perro. Relaciones entre los qom del Gran Chaco argentino y sus compañeros animales de caza*. *Anthropos*, 111, 113-125.

Medrano, C.; Vander Velden, F. (Org.). (2020) *Qué es un animal?.* ed. Buenos Aires. : Asociación Civil Rumbo Sur.

Melo, A. de. (2009) *A redução ontológica do Homem à máquina em Marx: subsídios ao debate contemporâneo*. Educação em Revista (UFMG. Impresso), v. 25, p. 153-174.

Muniz, J.; Caruso, H.; Freitas, F. (2018) *Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000*. *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais - BIB*, v. 2, p. 148-187.

Nogueira, A. H. (2015) *Aplicação dos cães de detecção de substâncias e sua importância para a Polícia Militar do Distrito Federal*. *Monografia*. Brasília: UnB.

Oliveira, S. (2006). *Sobre homens e cães: Um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Pacheco-Cobos, L. & Winterhalder, B. (2021). *Special Issue on Dogs - Introduction*. *Human Ecology*, 49, 673-675. <https://doi.org/10.1007/s10745-021-00290-5>

Paraná, E. (2016) *A finança digitalizada: Capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis : Insular.

Rosa, L. (2009). *O emprego de cães de faro nas operações de fiscalização de drogas ilícitas realizadas nos postos do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina*. Monogra-

fia. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

Sanders, C. R. (2000) *The impact of guide dogs on the identity of people with visual impairments*. *Anthrozoös* 13: 131-139.

Sanders, C. (2006a). The Sociology of Nonhuman: Animals and Society. Em Bryant, C. e Peck, D. (eds). *21st Century Sociology: A Reference Handbook* (vol. 2). London: Sage.

Sanders, C. (2006b). "The Dog You Deserve": Ambivalence in the K-9 Officer/Police Dog Relationship. Em *Journal of Contemporary Ethnography*, 35(2): 148-172.

Sanders, C. (2007). Trust your Dog: Expectations, Functions, and Ambivalence in the Relationships between K-9 Officers and Guide dog Handlers and their Dogs. Em *Journal of Social and Ecological Boundaries*, (2.2): 11-33.

Sanders, C., Greenebaum, J. (2015) *Human Non-Human Interaction*. In Blackwell Encyclopedia of Sociology (online), Publisher: Blackwell/Wiley, Editors: George Ritzer, pp.npl, 2015.

Segata, J. (2012). *Nós e os outros humanos, os animais de estimação*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de

Santa Catarina, Florianópolis.

Shapiro, K.; DeMello, M. (2010). The State of Human-Animal Studies. Em *Society & Animals*, 18: 307-318.

Singer, P. (2004) *Libertação Animal*. Tradução Marly Winckler. Porto Alegre, São Paulo: Lugano.

Sussekind, F. (2018) Sobre a vida multiespécie. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [online], n. 69, pp. 159-178. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi69p159-178>>. ISSN 2316-901X.

Vander Velden, F. (2009) Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana. *Avá. Revista de Antropología*, 15, 125-143.

Velasquez, R. (2014) *Homens, Cavalos & Centauros: virilidade e sociabilidade nas apostas em corridas de cavalos*. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal.

Whelan, G., & Gond, J. P. (2017). Meat Your Enemy: Animal Rights, Alignment, and Radical Change. *Journal of Management Inquiry*, 26(2), 123-138. <https://doi.org/10.1177/1056492616671828>